



## PORTUGUÊS

## TEXTO

**BRASIL, MOSTRA TUA CARA**

(...)

*A parte que nos coube no latifúndio dessas relações foi um projeto econômico incapaz de integrar à cidadania massas excluídas de um consumo ao menos decente. E a crença míope de que reduzir juros e corrigir câmbio poderia ser feito antes de se desorganizar o sistema produtivo nacional; de que a integração crescente do país ao mercado de economia mundial seria suficiente para assegurar nosso desenvolvimento; de que o fatalismo histórico seria suficiente para nos converter em grande potência.*

*Um pedaço do país crescentemente se integra na economia e na cultura dos países ricos, enquanto o outro pedaço batalha pela sobrevivência diária. Somos ao mesmo tempo modernos e atrasados, ricos e carentes, auto-suficientes e dependentes. Pensar o futuro, por tudo isso, deveria ter como referência básica a inclusão. Inclusão tecnológica e econômica, é certo. Mas, também, social. Só que perdemos, como povo, o sentimento do coletivo. E o amanhã é incerto.*

*Nosso futuro tem como cenário um choque de realismo nas sociais-democracias do primeiro mundo, a deterioração da economia socialista no segundo mundo, e o fim do ciclo nacional-desenvolvimentista no terceiro mundo, sem que se saiba bem se caminharemos em direção à consumação da globalização, a integrações regionais, ou mesmo, a algum tipo de retorno aos nacionalismos.*

*Chegamos a um novo tempo. E há razões para otimismo. É preciso que a razão vença o preconceito. Que a confiança no futuro vença a nostalgia do passado. Que o fazer bem vença as (apenas) boas intenções. Que o homem, barro trágico rareado de estrelas, reine imponente e majestoso sobre o mercado, a força bruta, os pequenos interesses e tudo o mais quanto exista neste vasto e insensato mundo. Para todo o sempre. Amém.*

FILHO, José Paulo Cavalcanti. In: **Escritas Atemporais** Ed. Bagaço. Recife, 200.p.1 Adaptado.

**01. No trecho compreendendo A parte que nos coube até E o amanhã é incerto,**

- A) o autor se reporta a um passado e à rica herança deixada para toda a população brasileira.
- B) o autor aponta uma série de procedimentos que resultariam em benefícios ao país.
- C) de linguagem vulgar, o texto agride o leitor, causando, até mesmo, repúdio.
- D) inexitem meios ou procedimentos que restaurem a “saúde” do nosso país.
- E) há uma comparação entre o hoje e o futuro do país.

**02. No segundo trecho do texto, o autor declara**

- A) a necessidade de haver inclusão como forma de projetar um futuro otimista ao país.
- B) que o país não apresenta diferenças que ameçam o progresso da nação.
- C) que ao país falta organização e disciplina quanto à distribuição das tarefas.
- D) ser radicalmente contrário à inclusão social no país.
- E) que o sentimento de coletividade é transbordante em todo o país.

**03. Com o último trecho, o autor nos transmite**

- A) a visão de um horizonte de cenários pessimistas e trágicos a toda a nação.
- B) a importância de desacreditar em mudanças profícuas ao país.
- C) que o tempo de nostalgia é algo que se perpetuará no futuro.
- D) a necessidade de não sermos solidários aos dirigentes da nação.
- E) uma visão otimista para a realidade de vida dos brasileiros.

**04. Ainda no último trecho, percebe-se o quanto o autor**

- A) depreciou o homem em toda a sua essência.
- B) valorizou o homem como elemento vital promotor de mudanças benéficas a todo o contexto nacional.
- C) repudiou o indivíduo, por julgá-lo incapaz de promover mudanças.
- D) enfatizou as diferenças sociais e a impossibilidade de se viabilizarem mudanças.
- E) enalteceu o homem e todo o seu potencial para desintegrar relações sociais.

**05. Com o trecho “Chegamos a um novo tempo”, entende-se que**

- A) todo o cenário mantém-se inalterado.
- B) o passado caminha atrelado ao presente, sem existirem mudanças.
- C) se trata de uma nova fase, numa perspectiva otimista.
- D) o futuro não vislumbra horizontes “azuis” à população envolvida.
- E) o tempo novo se preocupará em imitar sempre o tempo velho.

**06. Sobre COLOCAÇÃO PRONOMINAL, analise os itens abaixo e seus comentários.**

- I. “A parte que nos coube no latifúndio...” – o pronome relativo **que** atrai o pronome pessoal, daí ser obrigatória a próclise.
- II. “...para **nos** converter em grande potência.” – neste caso, o pronome está proclítico.
- III. “Um pedaço do país crescentemente se integra na economia...” – pelo fato de inexistir palavra atrativa, indiferentemente pode-se usar o pronome proclítico ou enclítico ao verbo.
- IV. “...sem que se saiba bem...” – a próclise, neste caso, é obrigatória devido à presença da conjunção “sem que.”

Assinale a alternativa cujos comentários dos itens estão corretos.

- A) I e II apenas.
- B) I e III apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) III e IV apenas.
- E) I, II, III e IV.

**07. Sobre CRASE, observe o trecho abaixo.**

- “...sem que se saiba bem se caminharemos em direção a consumação da globalização, a integrações regionais, ou mesmo, a algum tipo de retorno aos nacionalismos.”

Em relação aos termos sublinhados, é correto declarar que

- A) o primeiro recebeu acento grave por existir a presença, apenas, da preposição a.
- B) no segundo, existe, apenas, a presença do artigo a.
- C) no terceiro, existe, apenas, a presença da preposição a, daí não ocorrer a crase.
- D) no primeiro e no terceiro termos, existe, apenas, a presença do artigo a.
- E) no segundo e no terceiro termos, inexistente a presença de qualquer preposição.

**08. Sobre as funções do QUE, é correto declarar que no último trecho**

- A) todo **que** nele contido se classifica como conjunção integrante, iniciando uma oração subordinada substantiva.
- B) apenas um **que** se classifica como preposição.
- C) existe, apenas, um pronome relativo **que**.
- D) existe, apenas, uma conjunção integrante **que**.
- E) inexistente qualquer tipo de conjunção.

**09. Em qual das alternativas o emprego da (s) vírgula (s) se justifica por isolar o aposto ?**

- A) “Pensar o futuro, por tudo isso,...”
- B) “Inclusão tecnológica e econômica, é certo.”
- C) “Mas, também, social.”
- D) “Só que perdemos, como povo, o sentimento do coletivo.”
- E) “Que o homem, barro trágico rareado de estrelas, reine...”

**10. Sobre o trecho “Que a confiança no futuro vença a nostalgia do passado”, analise as proposições e seus comentários.**

- I. “No futuro” está ligado ao nome “confiança,” daí ser um complemento nominal.
- II. O verbo nele existente exige um complemento regido de preposição.
- III. Nele inexistente exemplo de crase, uma vez que só há a presença, em ambos os casos, do artigo a.
- IV. “No futuro” é exemplo de complemento verbal regido de preposição.

Estão corretos os comentários das proposições

- A) I e II apenas.
- B) I e III apenas.
- C) II e IV apenas.
- D) I, II e III apenas.
- E) II e III apenas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****11. Pela sistemática do Novo Código Civil, a simulação é, como regra, causa de**

- A) nulidade do negócio jurídico.
- B) nulidade do negócio jurídico, podendo ser suprida pelo juiz a requerimento das partes.
- C) nulidade do negócio jurídico, porém suscetível de confirmação.
- D) anulabilidade do negócio jurídico, porém suscetível de confirmação pelas partes, salvo direito de terceiro.
- E) anulabilidade do negócio jurídico.

**12. Sobre a posse no Novo Código Civil, é correto afirmar que**

- A) a posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, independentemente de ratificação.
- B) a posse não pode ser adquirida por terceiro.
- C) é justa a posse clandestina ou precária.
- D) a posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.
- E) o possuidor com justo título tem por si a presunção de boa-fé em qualquer circunstância.

**13. No contrato de compra e venda**

- A) é nula a venda de ascendente a descendente, mesmo que os outros descendentes e o cônjuge do alienante a tenham consentido.
- B) é anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros dependentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- C) para a validade da venda de descendente a ascendente, no regime da separação obrigatória de bens, é imprescindível o consentimento do cônjuge do alienante.
- D) é anulável a venda de ascendente a descendente, mesmo que os outros dependentes e o cônjuge do alienante a tenham consentido.
- E) para a validade da venda de descendente a ascendente, no regime da separação obrigatória de bens, é dispensável o consentimento dos outros descendentes.

**14. No contrato de doação**

- A) é admitida a doação verbal de imóveis se lhe seguir *incontinenti* a tradição.
- B) a doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice não poderá ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, após dissolvida a sociedade conjugal.
- C) é anulável a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.
- D) não é admitida a doação verbal de móveis de pequeno valor.
- E) é nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.

**15. Considera(m)-se móvel(is) para os efeitos legais**

- A) o direito à sucessão aberta.
- B) os materiais destinados a alguma construção, ainda que já tenham sido empregados.
- C) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- D) as edificações que, separadas do solo, embora conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- E) os materiais provenientes da demolição de algum prédio.

**16. O controle de constitucionalidade no Brasil observará o seguinte:**

- A) a suspensão pelo Senado Federal da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal somente ocorrerá no controle incidental de constitucionalidade.
- B) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal, produzirão eficácia contra todos e não vincularão os demais órgãos do Poder Judiciário e o Poder Executivo.
- C) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal.
- D) a suspensão pelo Senado Federal da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal somente ocorrerá no controle judicial concentrado de constitucionalidade.
- E) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal, produzirão eficácia contra todos e não vincularão, apenas, os demais órgãos do Poder Judiciário.

**17. Relativamente ao condenado por erro judiciário e àquele que ficar preso além do tempo fixado pela sentença, é correto afirmar.**

- A) Somente será indenizado, se for verificada a ocorrência de dolo.
- B) Não fará jus à indenização, se a sua prisão tiver sido realizada em flagrante delito.
- C) Será indenizado pelo Município em que for efetuada a prisão.
- D) Será indenizado pelo ente público responsável pela condenação ou pela prisão.
- E) Não fará jus a qualquer indenização.

**18. Sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, é correto afirmar que**

- A) far-se-ão por lei federal.
- B) far-se-ão dentro do período determinado por lei complementar estadual.
- C) far-se-ão independentemente de consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos.
- D) somente dependerão de lei federal a criação e o desmembramento, podendo a incorporação e a fusão serem realizadas mediante plebiscito.
- E) a incorporação e a fusão far-se-ão por lei estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.

**19. Assinale a alternativa incorreta.**

- A) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município.
- B) Compete aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- C) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- D) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em único turno e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- E) Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal.

**20. Segundo a redação dada ao art. 40 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, é correto afirmar o seguinte:**

- A) os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, serão aposentados, compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos integrais.
- B) os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, serão aposentados voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, aos sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- C) os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, serão aposentados por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- D) os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, serão aposentados, compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- E) os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, serão aposentados voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

**21. Assinale as principais fontes do Direito Administrativo.**

- A) A Lei, a doutrina, a jurisprudência e os costumes.
- B) A Lei da boa razão, o bem comum e o interesse público.
- C) A doutrina, a analogia e o direito comparado.
- D) Os costumes, o poder discricionário e as regras privadas do direito público.
- E) A lei em sentido amplo é a única fonte do Direito Administrativo, abrangendo esta expressão desde a Constituição até os regulamentos executivos.

**22. Na organização política administrativa brasileira, as entidades classificam-se em**

- A) União, os Estados membros, os Municípios e o Distrito Federal.
- B) povo, território e Governo Soberano.
- C) estatais, autárquicas, fundacionais, empresariais e paraestatais.
- D) executivo, legislativo e judiciário.
- E) a Presidência da República e os Ministérios.

**23. Com relação aos Agentes Públicos, podemos considerar como alternativa correta.**

- A) O cargo ou função não pertence ao Estado e, sim, ao agente que o exerce.
- B) O Estado não pode suprimir ou alterar cargos ou funções sob pena de ofender os direitos dos seus titulares.
- C) Toda atribuição é delimitada por superior hierárquico.
- D) São pessoas jurídicas de Direito Público, criada por lei, com a finalidade de atender o interesse público.
- E) São todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal.

**24. Quanto aos Agentes Políticos, é correto afirmar.**

- A) São os componentes do Governo nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais.
- B) São agentes que não atuam com plena liberdade funcional.
- C) Desempenham suas atribuições com prerrogativas estabelecidas apenas em leis especiais.
- D) Exercem funções meramente governamentais.
- E) Os integrantes da Advocacia Geral da União e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional são considerados agentes políticos da esfera federal.

**25. Sobre as responsabilidades dos servidores, podemos afirmar que**

- A) é relativa, não compreendendo a apuração de ordem criminal.
- B) os servidores públicos, no desempenho de suas funções ou a pretexto de exercê-las, podem cometer infrações de três ordens: administrativa, civil e criminal.
- C) os servidores respondem pelos seus atos, apenas na esfera administrativa.
- D) a infração do subordinado com a tolerância do chefe é crime funcional atribuído, apenas, ao subordinado.
- E) a punição interna não é autônoma, só podendo ser aplicada após o julgamento judicial do mesmo fato.

**26. Com relação às Limitações do Poder de Tributar, do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta.**

- A) A vedação de instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- B) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- C) A lei complementar determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
- D) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderão ser concedidos mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.
- E) O princípio da anterioridade não se aplica aos empréstimos compulsórios, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, o imposto sobre importação de produtos estrangeiros, imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, o imposto sobre operações de créditos, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários e os decorrentes da competência residual da União.

**27. Segundo o texto constitucional, na seção referente à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta.**

- A) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- B) Pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- C) Pertencem aos Municípios vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da sua competência residual.
- D) A União entregará vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.
- E) A União entregará do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

**28. Relativamente aos impostos municipais, assinale a alternativa incorreta.**

- A) O IPTU, segundo a Constituição Federal, poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização, as condições, as características e o uso do imóvel.
- B) O imposto sobre transmissão *intervivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direito reais sobre imóveis bem como cessão de direitos a sua aquisição é da competência do município da situação do bem.
- C) Com relação ao ISS, cabe somente à lei complementar excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.
- D) O IPTU está sujeito integralmente ao princípio da legalidade e à anterioridade.
- E) Coincidentemente, como no caso dos Estados, os Municípios, dentro de sua competência tributária, poderão, ainda, instituir e cobrar, taxas e contribuição de melhorias.

**29. Não constitui hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.**

- A) O parcelamento.
- B) Decisão judicial transitada em julgado ou decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.
- C) Concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- D) A concessão de medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ações judiciais.
- E) As reclamações e os recursos nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.

**30. Segundo a Lei Federal nº 8.137/90, assinale a alternativa que não constitui crime contra a ordem tributária.**

- A) Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.
- B) Exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributos ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente.
- C) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.
- D) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- E) Utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.